

CONFLITO DO TRAIÁRA: Ex-mulher de garimpeiro até hoje desaparecido afirma que ele não tinha ligação com as Farc

Colombianos não esquecem cenas do conflito

Comerciantes dizem ter sido presos e torturados por militares sob a acusação de serem guerrilheiros

Amaury Ribeiro Jr.

Enviado Especial

• LETÍCIA e TARAPACA (COLÔMBIA). Dizendo ter sido torturado por militares brasileiros, o comerciante colombiano Rosvel Prada Calderón, de 27 anos, afirma que os três primeiros garimpeiros que teriam sido executados no conflito do Rio Traíra foram presos no garimpo da Anta, na Colômbia. Dono, na época, de um bar no garimpo, Calderón diz que os três mortos — Carlos Ardilla, Anicetto Reis e outro conhecido como Lilinga — nunca tinham entrado em garimpos brasileiros.

Calderón, que mora hoje em Villacencio, na Colômbia, diz que, uma semana depois da morte dos três garimpeiros, ele também foi vítima de militares ao ser preso, juntamente com Gerardo Forero, Elber Martinez e Carlos Morenos, num barco em La Pedreira, na Colômbia. Diz que, apesar de terem autorização para subir o rio, acabaram presos pelos militares brasileiros sob a acusação de pertencerem às Farc.

Segundo o comerciante, os militares tentaram obrigá-los a usar boinas e botas da guerrilha para justificar a prisão. Calderón diz que ele e os amigos se recusaram e foram torturados.

Moradores falam em 15 mortes

• Ao ser levado, juntamente com os amigos, para a prisão subterrânea no posto militar do Rio Traíra, Calderón diz ter encontrado uma prova de que os garimpeiros colombianos tinham sido executados:

— Na prisão, que cheirava mal, encontrei um couro cabeludo e outros restos mortais, queimados com gasolina.

Segundo Calderón, só no município de Traíra os moradores contaram 15 mortos e desaparecidos. O desaparecimento dos garimpeiros foi denunciado por seus parentes ao Comitê de Direitos Humanos da Colômbia. Entre os garimpeiros até hoje desaparecidos ele cita Antônio Rodriguez, Manuel Riveira e Carlos Benjuma.

— Rodriguez era um homem trabalhador, sério, nunca foi guerrilheiro. Foi uma injustiça — diz sua ex-mulher, Dora Rodriguez.

Segundo Calderón, entre os desaparecidos há também um casal de garimpeiros conhecidos por Camilo e Chiquita. Clientes do bar de Calderón, o casal teria sido preso por militares brasileiros duas semanas depois do ataque das Farc ao posto do Exército. Calderón diz acreditar que Chiquita seja a mulher que teria sido executada a golpes de facão pelos militares.

Documentação

09/06/2000

Fonte: _____

Data: 4/6/2000 Pg. 14

Class.: 46

Prisioneiros foram libertados

• A versão do comerciante é confirmada pelo repórter fotográfico Ricardo Beliel, um dos primeiros jornalistas a chegar ao lugar do conflito. Ele disse ter escutado gritos de dor de garimpeiros que estariam sendo torturados no posto do Rio Traíra, onde permaneceu durante dois dias.

— Os prisioneiros só não foram mortos porque chegamos lá. Eles estavam num buraco, com cordas passadas pelas mãos, amordaçados e jogados uns sobre os outros — diz Beliel, que fotografou Calderón e os demais prisioneiros.

Cenas de torturas e violência estão presentes também em relatos do comerciante colombiano Ivan Luna, detido por militares brasileiros no pelotão militar de Villa

Bittencourt, na mesma região do Rio Traíra em que tinha um estabelecimento comercial. Sob a acusação de ajudar a guerrilha, Ivan Luna, que tem mulher e um filho brasileiros, disse que, após ter os olhos vendados com um capuz, foi levado num helicóptero do Exército brasileiro até o Batalhão de Infantaria de Tabatinga. Durante o

trajeto, Luna — que até hoje tem a cicatriz de uma costela quebrada, segundo ele, por um golpe de fuzil — disse ter passado os piores momentos de sua vida.

A situação do comerciante agravou-se ainda mais, segundo ele, quando chegou em Tabatinga, onde diz ter permanecido dois dias amarrado e com o capuz na cabeça numa mata

localizada atrás do quartel do Exército.

— Eles viviam armando uma pistola na minha cabeça. Além disso, me batiam para tentar me obrigar a dizer que eu era guerrilheiro — diz Luna.

O comerciante diz acreditar que só não foi executado por causa da interferência do Consulado da Colômbia, acionado por um tio seu, que, na

época, era governador em seu país.

De acordo com Luna, depois que o consulado colombiano foi acionado, os militares o deixaram, ferido, em sua casa em Vila Bittencourt, em vez de repatriá-lo pelos meios legais.

O comerciante diz ainda que continuou sendo perseguido por militares brasileiros

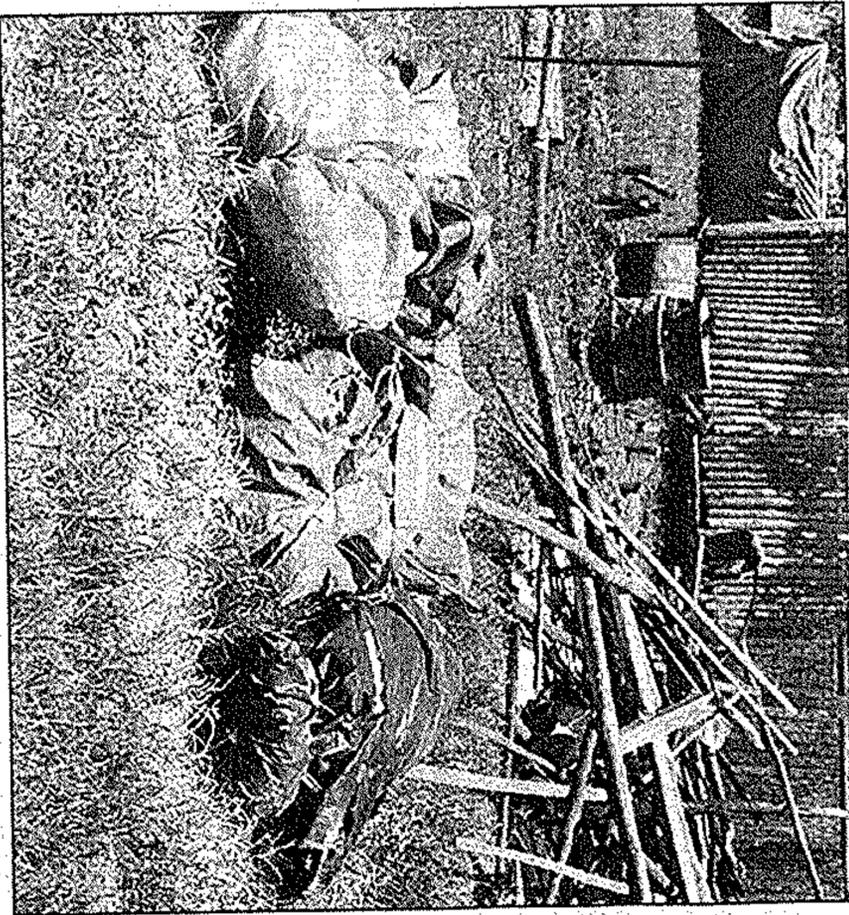
e que, por isso, foi obrigado a abandonar sua casa em Vila Bittencourt. Dizendo-se traumatizado e com medo por ainda morar na fronteira com o Brasil, Luna, que na época se recusou a dar depoimento à Procuradoria Geral da Colômbia, diz que só resolveu falar atendendo a um pedido de colegas colombianos que pedem a punição dos acusados. ■

ROOSEVEL CALDERÓN, um dos colombianos presos: denúncia de tortura



Luiz Carlos Santos

OS CORPOS DOS SOLDADOS brasileiros mortos no ataque de 1991



Reprodução

Class.	476
Data	4/6/2000
Fonte	09/10/00
DOCUMENTAL	Documentação

Confronto nunca foi investigado por um IPM

Até hoje não há informações oficiais sobre a identificação e o paradeiro dos corpos

Chico Otavio

• Todo crime doloso praticado por militar contra civil, em tempo de paz, no Brasil, exige a abertura de inquérito policial-militar (IPM). É o que determina o Código Penal Militar. No caso da campanha do Rio Traíra, porém, foi aberta uma exceção. Embora pelo menos sete colombianos tenham sido mortos por soldados brasileiros, não há registro, nas auditorias militares da Região Norte, de IPM destinado a apurar as circunstâncias da morte dos colombianos em 1991.

Até hoje, não há informações disponíveis sobre a identificação e o paradeiro dos corpos. Na ocasião, o comandante do Batalhão Especial de Fronteiras (BEF), tenente-coronel Evandro Augusto Pamplona, afirmou que os corpos foram enterrados no lugar do confronto, na mata, porque não havia necessidade de se respeitar os preceitos da Convenção de Genebra, por se tratar, segundo ele, de guerrilheiros colombianos.

— Está é uma guerra suja, vocês têm de acreditar em mim — reagiu Pamplona, em 1991, irritado diante da insistência de jornalistas.

O general ignorou os protocolos adicionais à Convenção de Genebra, que mudaram o conceito de guerra tradicional (envolvendo mais de uma nação) para conflito armado e ampliaram os direitos dos combatentes. Por questões humanitárias, famílias de integrantes de forças de insurreição não convencionais (guerrilheiros) passaram a ter direito à identificação e à devolução dos corpos de parentes.

Embora o Exército garanta que peritos tiraram impressões digitais e fotografaram os colombianos, estes dados nunca chegaram ao conhecimento de

qualquer autoridade judiciária. Nas auditorias militares do Amazonas, foram instaurados apenas dois inquéritos sobre o caso do Rio Traíra.

O primeiro, de número 17/91, apurou a morte dos três soldados brasileiros pelas Farc no ataque ao posto de fronteira do Rio Traíra. O segundo, número 23/91, presidido pelo capitão-aviador Leonardo Ramalho Rodriguez Alves, foi aberto para apurar o sumiço de 17 fuzis automáticos e outras armas que teriam sido levados por guerrilheiros no ataque.

No segundo inquérito, há uma referência às mortes dos colombianos. Em seu depoimento, o capitão Ivan Carlos Angonesi afirma ter recuperado com as vítimas o fuzil automático número 74022, que teria sido levado pelos guerrilheiros. A coordenadora da Ministério Público Militar na região, procuradora militar Maria Nazareth de Moraes, alega que não solicitou a abertura de inquérito por desconhecer a morte de civis colombianos por militares brasileiros no conflito.

A morte dos colombianos, porém, foi divulgada pelo Exército, com repercussão em rádios, TVs, jornais e revistas. Repórteres fotográficos que estiveram no lugar chegaram a revelar, a pedido do Exército, filmes feitos pelos próprios militares. Numa das fotos, que o Exército divulgou para mostrar que os mortos eram guerrilheiros, aparece um colombiano deitado no chão, com tiros na cabeça e um fuzil que teria sido roubado do posto militar.

Como o Exército não dispunha de laboratório fotográfico na selva, a revelação do filme dos militares foi feita, na ocasião, pelo jornalista Mino Pedrosa. Ele diz que percebeu, antes de devolver o filme revelado, uma seqüência suspeita. Nos primeiros fotogramas, apareciam três pessoas amarradas

com cordas, dentro de uma vala, que ele julgou fazerem parte do grupo de garimpeiros detidos e apresentados posteriormente à imprensa. Já as três últimas fotos mostravam os corpos (um em cada fotograma). A versão oficial, porém, é incompatível com a ordem cronológica do filme: o Exército afirma que primeiro houve o confronto em que os supostos guerrilheiros foram mortos e só depois prendeu outros colombianos.

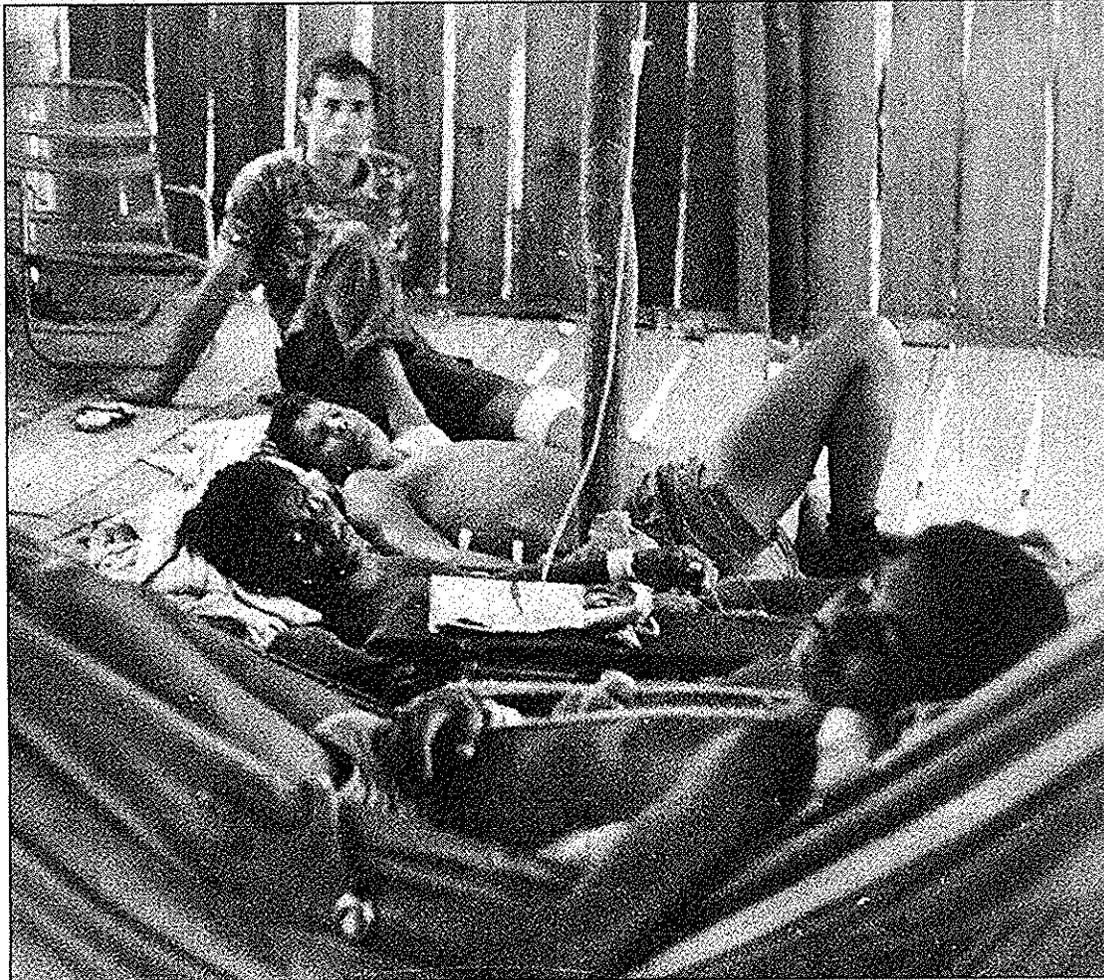
Um especialista em Justiça Militar afirma que, no caso do Traíra, um IPM seria necessário para investigar se os colombianos morreram de fato ao tentar escapar do cerco militar. Segundo ele, o exame cadavérico e outras análises periciais mostrariam em que circunstâncias eles foram atingidos.

— Isso é normal. Se um sentinela mata alguém que está invadindo seu quartel, só o IPM pode dizer que ele estava com a razão e agiu corretamente — diz.

O artigo 9º do Código Penal Militar (inciso II, letra C) estabelece que é crime militar em tempo de paz o praticado “por militar em serviço, em comissão de natureza militar ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado ou assemelhado ou civil”. Se o Brasil estivesse em guerra com outro país, o Código Penal Militar dispensaria o IPM. Mas a última guerra convencional enfrentada pelo país na América (Guerra do Paraguai) foi encerrada em 1870. Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, qualquer militar brasileiro está sujeito aos dispositivos penais em tempos de paz. E com um agravante: a Lei 9.299 (7/8/96), sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, determina que o militar que pratica crime doloso contra civil ou militar deve ser levado a júri popular.

Class.	4/6
Data	4/6/2000
Pg	14
Fonte	O Globo
Documentação	

Reprodução



O SARGENTO REGIS, o cabo Nerito, o soldado Moçambique, feridos pelas Farc. Ao fundo, o tenente Frederico Ricardo Beliel/fevereiro de 91



COLOMBIANOS PRESOS, amarrados e com os olhos vendados. Calderón é o segundo a partir da esquerda

CONFLITO DO TRAÍRA: Militares afirmam que colombianos reagiram a cerco das tropas brasileiras após o ataque ao posto

Exército reafirma: mortos eram guerrilheiros

Versão é sustentada desde 91, quando o general Tinoco apresentou ao Senado explicações sobre o confronto

Chico Otavio

• O Exército brasileiro reafirma, nove anos depois, que os colombianos mortos eram guerrilheiros e tombaram em combate com os soldados. Ao saber da nova versão sobre o conflito, narrada por três militares da reserva que participaram da ação, o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex) informou que a posição oficial sobre o assunto foi dada pelo então ministro do Exército, general Carlos Tinoco, em sessão do Senado em abril de 1991.

O Exército reconhece a morte de sete colombianos. Na época, afirma o Cecomsex, Tinoco declarou aos senadores que tinha certeza de que eram guerrilheiros "principalmente pelo tipo de ação que empreenderam". Segundo ele, esta condição teria sido confirmada pelo comandante das Forças Armadas colombianas em entrevista a jornais locais.

No depoimento no Senado, o general disse que a ação que resultou na morte dos colombianos teria decorrido "de um entrechoque" com os soldados. Disse ainda que, com um dos mortos, foi encontrado um fuzil automático leve roubado do posto no Rio Traíra, além de diversos pertences dos soldados brasileiros que estavam enterrados.

Apesar da nova versão, o Exército alega hoje que a explicação do ministro Tinoco "sobre a pronta resposta dada pela Força Terrestre à agressão sofrida pelos soldados brasileiros" nunca foi questionada.



FOTO divulgada pelo Exército afirmando que mortos eram guerrilheiros

Sobre as cobranças feitas por autoridades colombianas, alegou que não é problema da alçada do Exército.

Um dos poucos oficiais a falar hoje sobre a campanha do Rio Traíra, o general Durval Andrade Neri, comandante da Brigada Aérea do Exército na época, afirma que os colombianos mortos eram guerrilheiros, ligados a um grupo que tinha até mísseis terra-ar para derrubar os helicópteros que participaram da campanha no Amazonas.

Hoje na reserva, o general Neri disse que o ataque das Farc ao posto de fronteira do Exército aconteceu em represália à ação dos soldados brasileiros contra garimpeiros colombianos. O destacamento baseado no posto do Traíra teria cortado a rota usada pela guerrilha colombiana para subir o rio, em território brasilei-

ro, até a reserva dos índios tucanos para comprar ouro.

Para Durval Neri, a atitude de militares colombianos, que recebiam os supostos guerrilheiros presos em território brasileiro e os soltavam imediatamente em Letícia (na fronteira com a cidade brasileira de Tabatinga), teria favorecido o clima de vingança que levou ao ataque contra o posto do Exército.

Embora sustente a versão de que os colombianos mortos eram guerrilheiros, o general afirma que foram mais de sete mortes, o número oficial divulgado pelo Exército. Neri, que mobilizou 12 helicópteros para levar as tropas ao local do conflito, garante que o Exército tinha sido alertado de que os helicópteros corriam o risco de serem atacados com mísseis terra-ar pela guerrilha colombiana. ■

Reprodução

▶ A íntegra da nota do Exército

• "A visão do Exército sobre o ataque guerrilheiro ao posto do Traíra, ocorrido em 26 de fevereiro de 1991, e as operações posteriores que resultaram na morte de 7 (sete) guerrilheiros, no dia 5 de março de 1991, é a que foi exposta pelo então ministro do Exército, na 29ª sessão de 4 de abril de 1991, do Senado Federal, presidida pelo senador Mauro Benevides, atendendo ao requerimento número 40, de 1991, de autoria do senador Humberto Lucena.

"Naquela oportunidade o então ministro do Exército, respondendo a um questionamento do senador Humberto Lucena, declarou que: 'Ilustre senador, a sua pergunta daria margem a uma longa explicação sobre todos esses aspectos. Mas o fato de eu dispor de apenas cinco minutos leva-me a, resumidamente, procurar responder às suas indagações. Primeira, a ação da qual decorreu a morte de guerrilheiros colombianos. Eu digo guerrilheiros, porque desde o início tivemos a certeza de que se tratava de guerrilheiros. Não só porque eles assim se declararam mas principalmente pelo tipo de ação que empreenderam. Há poucos dias, tivemos notícias, através do Exército colombiano, em Letícia, de que eles, os colombianos, já não tinham mais dúvidas de que se tratava realmente de guerrilheiros. E isso está hoje confirmado. Eu disponho, aqui, de uma notícia transmitida em fax, hoje, pela manhã, de uma entrevista dada pelo general Luis

Eduardo Rocca, comandante das Forças Armadas colombianas ao jornal El Tiempo, de Bogotá, datado de hoje. Nessa entrevista, o general Rocca diz que: "O ataque contra uma base militar da vizinha nação, no passado 26 de fevereiro, que custou a vida de três soldados e dois garimpeiros, foi executado por uma força de 40 homens das Farcs, deslocadas de Guaiare, com a cumplicidade de mineiros colombianos que deram informações sobre os movimentos e a localização das forças brasileiras." Isso caracteriza para nós, do que nunca duvidamos desde o início, tratar-se realmente de guerrilheiros. A ação da qual decorreu a morte de sete deles ocorreu em um entrecacho ao qual eu me referi, entrecacho esse em que foram abatidos esses sete guerrilheiros, claramente participantes da ação, porque com ele foi encontrado um Parafal — um fuzil — que havia sido retirado e levado na ocasião do ataque, e foram encontrados enterrados diversos pertences que haviam sido também retirados por ocasião da ação do dia 26: uniformes, redes de camuflagem e outros pertences dos soldados'.

"Vale destacar que, naquela oportunidade, o presidente da 29ª sessão considerou que o então ministro do Exército respondeu com 'competência, descortino e clareza a todas as interpelações dos senhores senadores, em torno dessa momentosa questão'.

"Desse modo, a sociedade brasi-

leira — e aí se incluem os Poderes Legislativo e Judiciário — pela ampla divulgação dada ao caso pelos órgãos de comunicação social, mostrou-se satisfeita com as explicações prestadas pelo senhor ministro do Exército, não tendo restado, à época, qualquer questionamento sobre a pronta resposta dada pela Força Terrestre à agressão sofrida pelos soldados brasileiros que cumpriram sua nobre missão de guarnecer nossas fronteiras.

"A propósito de cobrança do Governo colombiano sobre explicação mais detalhada a respeito dos episódios ocorridos no Rio Traíra, vale ressaltar que o assunto extrapola a esfera de atuação da Força Terrestre.

"No que diz respeito à situação, hoje, daquela parte da fronteira do país, no tocante ao papel do Exército brasileiro, informamos que é de absoluta normalidade. A área amazônica, como um todo, é prioritária para o Exército brasileiro. Atualmente, a Força Terrestre conta com quatro Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia brasileira, quais sejam:

1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista/RR; 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé/AM; 17ª Brigada de Infantaria de Selva, em Porto Velho/RO e 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá/PA. A essas Brigadas estão subordinados 14 (quatorze) Batalhões de Infantaria de Selva, além de tropas de apoio ao combate, logísticas e de serviços."